



continuação (b) Demonstramos abaixo a movimentação do aporte de capital efetuado pela SMR durante o exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2025:

8.1 Remuneração da Administração: O pessoal-chave da Administração são os diretores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração foi de R\$ 1.570 (R\$ 371 em 31 de dezembro 2024).

PIS e COFINS a recuperar ICMS a recuperar Outros impostos a recuperar

10. Imobilizado: 10.1 Composição:

Table with columns: Custos, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Máquinas e equipamentos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, etc.

10.2 Teste de redução ao valor recuperável (Impairment): A Companhia não identificou indicativos que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valores acima ao de sua recuperação.

Table with columns: Custos, Adições, Baixas, Transf. rência, Depre- ciação, Saldo em 31/12/2025. Rows include Máquinas e equipamentos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, etc.

11 Intangível: 11.1 Composição:

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes (com vida útil definida).

11.2 Movimentação: Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Adições, Amortização, Saldo em 31/12/2025. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

11.3 Teste de redução ao valor recuperável (impairment): A Companhia não identificou indícios de impairment em seus ativos intangíveis. 12. Arrendamento mercantil: A Companhia arrenda móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, veículos, computadores e periféricos, mas principalmente imóveis para instalações de lojas.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Edificações, Movimentação, Saldo Inicial, Adições, Remensurações, Amortização, Saldo final.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Saldo em 31/12/2024, Adições, Amortização, Saldo em 31/12/2025. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

14 Empréstimos e financiamentos Modalidade Indexador Taxa de juros Vencimento 2025 2024

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento dos fluxos de caixa:

Table with columns: Custos, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Máquinas e equipamentos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, etc.

15. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Table with columns: Custos, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Máquinas e equipamentos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, etc.

16. Patrimônio líquido: 16.1 Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 72.659 (R\$ 54.659 em 31 de dezembro de 2024) e estava representado por 18.758.975 (18.758.975 em 31 de dezembro de 2024) ações nominativas, sendo 18.757.975 ações ordinárias (18.757.975 em 31 de dezembro de 2024) e 1.000 ações preferenciais.

Table with columns: Custos, Depreciação acumulada, Líquido. Rows include Máquinas e equipamentos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, etc.

16.1 Capital social integralizar: Sujeito às limitações previstas no Artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser aplicado para a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas. De acordo com a assembleia geral extraordinária datada e realizada em 01 de outubro de 2024, foi subscrita aumento de capital social no valor total de R\$ 75.000 por meio de boletim de subscrição visando o plano futuro de expansão da Companhia.

16.2 Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal era de R\$ 3.622 (R\$ 2.533 em 31 de dezembro de 2024).

16.3 Dividendos: O estatuto social da Companhia determina uma distribuição de dividendos mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro do exercício. Para o exercício de 2025 foram destinados dividendos preferenciais no montante de R\$ 218 (R\$214 em 2024). Ainda, a Companhia possui dividendos fixos a pagar no valor de R\$ 20.000 decorrente de ações preferenciais emitidas em 2024. Durante o exercício de 2025 foram distribuídos desses dividendos, o montante de R\$ 10.635, os quais serão deliberados em ata de reunião de sócios, a ser realizada em 2026.

16.4 Indenizações: Refere-se a indenizações a receber, decorrentes da obrigação dos sócios minoritários em reembolsar a companhia por contingências com fato gerador anterior a data da venda de participação acionária da Companhia para a SMR (venda de 85% das ações da companhia, ocorrida em 01/10/2024).

16.5 Reservas de incentivos fiscais: Os valores que constituem o crédito fiscal são referentes ao ICMS incidente sobre as vendas. "Redução na base de cálculo do ICMS" e "Isenção do ICMS" decorrente do convênio ICMS nº 100 de 1997, com respaldo na Lei Complementar 160/2017. Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 19 da Lei 12.973/2014, o montante dessa subvenção deverá ser destinado para a rubrica "Reserva de incentivo fiscal" quando houver lucro suficiente. Adicionalmente, nos termos da legislação vigente, esses incentivos fiscais deverão compor a base de cálculo dos tributos sobre o lucro quando da sua distribuição aos sócios. A Companhia usufrui de benefício fiscal, decorrente do ajuste da receita subvencionada na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme estabelecido pela Lei Complementar 160/2017, limitado ao montante disponível em sua reserva de lucros, constituindo reserva de incentivo fiscal. Todavia em 2024 a Administração decidiu sua reserva de incentivos fiscais aumentando seu capital em R\$ 32.634 e cindiu R\$ 12.193 para a empresa TML em 31 de julho de 2024. Esta decisão ocorreu para que fosse possível o pagamento imediato de dividendos sem tributação incidente. 17. Receita líquida

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

18. Custos dos produtos vendidos e despesas por natureza

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

Table with columns: Custos, Amortização acumulada, Líquido. Rows include Licenças de softwares e sistemas, Marcas e patentes.

19. Resultado financeiro líquido 2025 2024

Receitas financeiras: Rendimento AVP, Receita de aplicação financeira, Receita de antecipação de recebíveis, Receita de juros e IOF, Descontos recebidos, Juros sobre impostos a recuperar, Correção monetária

Despesas financeiras: Despesas de juros sobre arrendamento (Nota 12), Despesas de juros e sobre empréstimos (nota 18), Despesas de juros e IOF, Despesas de tarifas bancárias, Descontos concedidos, Outras despesas financeiras

20. Imposto de renda e contribuição social: 20.1 Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

Lucro antes da tributação, Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%, Ajustes para obtenção da alíquota efetiva, Reembolso de gastos para da Controladora - Indedutíveis, Doações, Correção monetária (SELIC), Provisão para perdas em estoque, Benefícios (PAT, Cultura e FIA), Imposto de renda e contribuição social efetivos, Alíquota efetiva, Corrente reconhecido por meio do resultado, Diferido reconhecido por meio do resultado, Receitas de imposto de renda e contribuição social, líquido

20.2 Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

Table with columns: Custos, Adições (baixas) que afetaram o resultado, 2025, 2024. Rows include Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, Provisão para bônus e participação no resultado, Provisão para perdas em estoque, Provisão para perdas de créditos esperada, Arrendamentos, Outros

21. Instrumentos financeiros: A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A Administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. 21.1 Categoria dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

Table with columns: Nota, 2025, 2024. Rows include Custos amortizado, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Partes relacionadas, Indenizações a receber, Outros créditos

Passivos financeiros: Empréstimos e financiamentos, Passivo de arrendamento, Fornecedores, Contas a pagar

Para os ativos e passivos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia entende que os valores estão razoavelmente próximos aos respectivos valores justos e todos estariam classificados no Nível 2. Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação seguinte forma: - Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. - Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. 21.2 Gestão de riscos financeiros: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, em vista dessa prática, possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros. Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, em vista dessa prática, possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros. Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, em vista dessa prática, possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros. Risco de liquidez: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, realizando a projeção de fluxo de caixa e a monitorando continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Table with columns: Valor em um ano, dois anos, dois anos. Rows include Fornecedores e financiamentos, Passivo de arrendamento, Contas a pagar

Risco de mercado: Taxa de juros: Risco dos fluxos de caixa e valores justos associado com taxa de custo amortizado, esse risco é oriundo principalmente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui valores materiais de passivos sujeitos a taxas de juros. Taxa de câmbio: Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui transações e saldos materiais sujeitos a oscilações de taxas de câmbio. 21.3 Gestão de capital: A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde a soma dos montantes de empréstimos e financiamentos mais passivos de arrendamento, subtraído pelo montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é calculado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado ao balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de endividamento da Companhia pode ser assim resumizado:

Table with columns: Valor em um ano, dois anos, dois anos. Rows include Fornecedores e financiamentos, Passivo de arrendamento, Caixa e equivalentes de caixa, Dívida (caixa), líquido, Total do patrimônio líquido, Capital próprio e de terceiros, Índice de alavancagem financeira - %

Álvaro Machado da Luz - Presidente, Rodrigo Leonardo Souza Lima - Diretor Financeiro, Marcelo Gaudio de Souza - Contador CRC-SP 1SP2468/O-7

Aos acionistas da Cia. Paraná de Alimentos S.A. Campo Mourão - Paraná

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cia Paraná de Alimentos S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Paraná de Alimentos em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de Fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes - CRC ZSP-027612/O-4-F, Thiago Rodrigues de Oliveira - Contador CRC 1SP259468/O-7